

O que vai mudar no mercado financeiro com o novo título

A criação do BTN fiscal, dentro do mercado financeiro, deverá afetar principalmente os segmentos de renda fixa. Com ele, as instituições financeiras voltarão a ter condições de negociar seus papéis de renda pós-fixada — os que pagam correção monetária a ser medida pela variação do BTN, do dia da aplicação ao dia do resgate, mais determinada taxa de juros. Além disso, mudam também os critérios de tributação: o imposto que vinha sendo cobrado sobre o ganho total passa a ser aplicado somente sobre o ganho real — o que ultrapassar a variação do BTN, ou a inflação do período portanto. Trata-se de um esquema mais justo de tributação; afinal, quando o imposto é cobrado sobre o rendimento total pode acabar beliscando também a parcela de correção monetária. E com essas regras apenas os juros serão tributados.

Esse esquema de cobrança de imposto será válido também

para os papéis com renda prefixada — aqueles em que o aplicador fica sabendo antecipadamente qual será o seu rendimento na hora da aplicação. Em termos práticos, a volta da correção monetária diária, que vai permitir os negócios com os pós-fixados, e também a volta de regras mais coerentes para a cobrança de imposto de renda, deverá aquecer o mercado de renda fixa. Inclusive, dependendo da taxa a ser oferecida, os papéis pós-fixados poderão proporcionar rentabilidade acima da de caderneta de poupança.

A variação diária do BTN vai influenciar também o rendimento do **overnight**. Até o final deste mês a alíquota de imposto continua sendo de 5% sobre as operações nominativas, e de 10% se forem ao protador. Essas alíquotas são cobradas sobre o ganho total da aplicação. A partir de 1º de julho, o imposto vai recair somente sobre a parcela de rendimento diário que ultrapassar a variação do BNT fiscal.